

Aspectos Políticos do Vestibular

L. F. Perret Serpa*

INTRODUÇÃO

É extremamente delicado discutir educação como um recorte da trajetória de uma sociedade, porque esta não pode ser compreendida como uma superposição dos diversos recortes; ao contrário, a compreensão da dinâmica social baseia-se na dialética do processo histórico.

Quando se trata de um setor da educação, como o vestibular, a tarefa torna-se praticamente inviável.

Terá sentido pensar o fenômeno vestibular sem considerar a educação brasileira como um todo?

Será construtivo pensar a educação brasileira sem considerar o processo histórico, político, econômico e social da formação da nação brasileira?

Creemos que não tem sentido pensar o fenômeno vestibular em sua dinâmica interna. Da mesma forma, acreditamos não ser construtivo pensar a educação brasileira como uma entidade com sua própria lógica interna.

Pretendemos discutir duas questões que julgamos fundamentais para a compreensão dos aspectos políticos do vestibular:

1. Qual a contribuição da Universidade, sob o ponto de vista histórico, para a formação do cidadão?
2. O que representa o exame vestibular na relação Universidade – Sistema de ensino de 1º e 2º Graus?

A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Historicamente, até fins do século XIX, o Brasil não considerou a educação para a cidadania.

* Prof. Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

nia, isto é, educar a criança para o domínio dos instrumentos da leitura, da escrita, do cálculo e para o desenvolvimento de um conhecimento crítico do mundo com o objetivo de situar no aqui e agora da sociedade. É o que denominamos de educação básica.

Enquanto Colônia, a educação ficou entregue aos jesuítas, até sua expulsão no século XVIII por Pombal. Essa educação foi dirigida fundamentalmente para a catequese dos indígenas. Após a Independência, o sistema econômico do Império baseou-se na mão-de-obra escrava, o que dispensou uma política de educação para a formação do cidadão.

Na República, no início do século XX, um primeiro sistema educacional considerou livre o ensino primário e estruturou somente os estudos secundários e superiores.

Dessa forma, como sistema, o ensino superior no Brasil surgiu antes do ensino primário, o que trouxe como consequência a elitização do ensino superior e seu descompromisso com os outros graus de ensino.

Somente na década de 30 instalou-se um sistema de ensino primário estruturado em séries; no entanto, dois pontos são marcantes: a exigência do exame de admissão para o prosseguimento de estudos secundários e a manutenção do exame de seleção para o ingresso nos cursos superiores.

Foi com a reforma de 71 que se instalou o ensino de 1º grau com oito séries, eliminando-se, assim, o exame de admissão para o prosseguimento dos estudos secundários. No entanto, foi mantido o exame de seleção para o ingresso aos cursos superiores, mudando-se de caráter seletivo para classificatório.

O processo histórico da implantação da educação básica no País constitui-se um ponto fundamental para a compreensão da situação da educação para a cidadania no presente momento.

As Tabelas I e II mostram qual é a situação da educação básica no Brasil e, em particular, no Nordeste, no momento atual.

TABELA I
População de 15 anos e mais, por alfabetização, em porcentagem
1980

Localização	Não alfabetizada
. Nordeste	46,6
. Brasil	26,0

FONTE: FIBGE - Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980.

TABELA II
Distribuição percentual de população de 15 anos e mais, por anos de estudo
1980

Localização	Anos de Estudos					Média de anos
	Sem instrução e menos de 1 ano	4 e mais	8 e mais	11 e mais	12 e mais	
. Nordeste						
. Total	49,05	31,20	11,99	5,99	2,12	2,57
. Rural	69,28	10,89	1,98	0,75	0,19	1,00
. Brasil						
. Total	27,42	51,44	19,86	10,00	4,29	4,03
. Rural	50,31	23,94	3,60	1,20	0,34	1,80

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1980 (Dados elaborados pelo GDF/SESC/DEPLAN).

As Tabelas projetam, no fim do século XX, os resultados de uma política educacional, após a Independência, compatíveis com um sistema que usou mão-de-obra escrava no século XIX e baseou-se em uma estrutura agrária exportadora durante grande parte do século XX.

Na verdade, só depois de iniciado o processo de industrialização, cujo marco político foi a Revolução de 30, elaborou-se, sob o ponto de vista formal, um sistema seriado de educação primária.

As conclusões mais significativas desse quadro educacional, no Brasil de hoje, em relação à população de 15 ou mais anos, são:

1. Nossa população economicamente ativa tem 26 em 100 pessoas que não foram escolarizadas em nenhum grau e 46 em 100 no caso do Nordeste.
2. Considerando-se que a educação para a cidadania deve basear-se em pelo menos quatro anos de escolarização, observa-se que 27 em 100 pessoas não possuem essa escolarização; no meio rural, existe aproximadamente a metade de pessoas sem essa escolarização. No caso do Nordeste, a situação é mais drástica: aproximadamente a metade no total e 70 em 100 pessoas no meio rural.
3. Qualquer política educacional séria em nosso país terá que considerar a educação para a cidadania; isso significa, no mínimo, uma escolarização de quatro anos para todas as crianças e para toda a população com 15 e mais anos que não possuem esse tempo de escolarização.
4. Os indicadores educacionais da região rural apresentados nas tabelas demonstram a grande dificuldade que o país terá em qualquer política de desenvolvimento rural que não considere com ênfase a educação básica.

A UNIVERSIDADE E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO

Vemos que as escolas de ensino superior que formaram esse sistema de ensino e a instituição Universidade, quando criada no Brasil, precederam o ensino primário, enquanto sistema. Historicamente, estiveram alienadas da questão da formação da cidadania, isto é, da educação básica.

Mesmo a formação do magistério para o ensino primário foi considerada como de nível secundário, através das Escolas Normais, afastando, assim, a possibilidade de ligação indireta entre Universidade e educação básica.

Esse isolamento em relação aos sistemas de ensino primário e secundário acentuou-se no processo histórico pela existência de exames preparatórios para as escolas superiores isoladas e, posteriormente, pela existência do exame vestibular seletivo para as Universidades.

O vínculo das Universidades com o ensino secundário faz-se indiretamente pela formação de professores, que passou a ser atribuição das Faculdades de Filosofia.

A pressão da classe média urbana nos fins da década de 50 por maior acesso ao ensino superior teve dois momentos bem definidos: o primeiro, com o aumento de vagas nas Universidades públicas no início da década de 60.

Após o golpe militar em 64, estruturou-se uma nova política educacional que resultou no segundo momento do pleito da classe média: o exame vestibular classificatório e não seletivo, as reformas do ensino superior e do ensino de 1º e 2º graus e o crescente aumento de matrículas através da privatização do ensino superior.

A Universidade continuou a manter sua ligação indireta com a educação básica, através de formação de professores e especialistas em educação para o sistema de ensino de 1º e 2º graus.

No entanto, o ingresso à Universidade, passando do caráter seletivo para o classificatório, possibilitou a permanência da alienação da Universidade em relação à educação básica e influenciou de cima para baixo, isto é, da Universidade para o sistema de ensino do 2º grau, esse nível de ensino.

A Universidade não só ficou alienada em relação aos sistemas de ensino que a antecederam, como ditou os valores que deveriam nortear o ensino de 2º grau.

O EXAME VESTIBULAR

Da Tabela II, verificou-se que, apesar do crescimento de matrículas no ensino superior, ao preço de um alto índice de privatização desse grau de ensino, a sociedade brasileira só conseguiu escolarizar, em nível superior, 4 em 100 pessoas economicamente ativas; no caso do Nordeste, somente 2 em 100.

Verifica-se, ainda da Tabela II, que, potencialmente, são capazes de ingressar no ensino superior 6 em 100 pessoas no Brasil e 4 em 100 no Nordeste.

Praticamente, a Universidade brasileira não atingiu a região rural do país.

Com esse quadro educacional no país nos fins do século XX tem sentido a manutenção do exame vestibular para o ingresso ao ensino de 3º grau?

Creio que se nosso país pretende transformar-se em uma Nação e a sociedade brasileira deseja uma democracia com instituições estáveis; então, não podemos e não devemos manter o quadro educacional apresentado. São necessárias grandes transformações. Sem dúvida, duas dessas transformações são:

1. Uma educação básica para todos, pública e gratuita, com a participação direta e intensa da Universidade.
2. O fim do exame vestibular, o que necessariamente acarretará uma mudança estrutural da Universidade brasileira.